

# DO RURAL TRADICIONAL AO RURAL SOCIOAMBIENTAL

---

ALFIO BRANDEMBURG<sup>1</sup>

## 1 Introdução

O ambiente rural na modernidade tem sido tratado de forma distinta pelos estudiosos. Para uns, o rural está em processo de desaparecimento à medida que a modernização e a industrialização dos espaços produtivos destroem as formas de organização social que têm na agricultura camponesa ou familiar suas bases fundamentais. Nessa perspectiva, o rural emerge como um espaço de atividades e profissões diversas submetido à racionalidade do capital. Para outros, o rural é reconstruído por atores diversos, dentre os quais o agricultor familiar, principal personagem de um rural ancorado na tradição da vida social camponesa.

Boa parte dos referenciais de interpretação de um rural já urbanizado vem dos países modernizados, onde as comunidades camponesas se desintegraram. Hoje esses países apresentam um baixo índice de população economicamente ativa residindo no espaço agrário.

O tema da ruralidade não pode ser tratado sem que se recorra à história da ocupação do território, de suas formas sociais de produção e de organização social. No Brasil, a história da ocupação do território foi uma história de lutas e tensões sociais em que a grande propriedade, em certo sentido, foi a vencedora. No plano das lutas sociais poucas foram as situações em que os camponeses obtiveram vitória (BRANDEMBURG, 1998). Pode-se afirmar que o Brasil foi formado socialmente sob o signo da grande propriedade, embora a partir da transição do Brasil Colonial para o Agrário Exportador a pequena propriedade gradualmente tivesse conquistado seu espaço, sendo o agricultor familiar socialmente reconhecido como categoria.

As grandes propriedades foram, sem dúvida, as responsáveis por grandes espaços vazios no meio rural. Em primeiro lugar, pela concentração da moradia dos escravos, parceiros, colonos, meeiros e agregados nas suas sedes e, em segundo, pelo caráter absenteísta dos seus proprietários. Mas, na medida em que surgem as cidades, os centros urbanos, a categoria de fazendeiros (grandes proprietários) tem o rural apenas como espaço de atividade econômica ou de lazer e não como espaço de vida. Assim, pode-se afirmar que foram os pequenos

---

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná – UFPR

**Autor para correspondência:** Alfio Brandenburg, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, CEP 80060-150, Curitiba, PR, Brasil, E-mail: alfio@onda.com.br

Recebido em: 8/6/2009. Aceito em: 1/2/2010.

proprietários, camponeses ou agricultores familiares que tradicionalmente expressam um modo de vida distinto da vida urbana, os grandes personagens da construção do rural.

Nesse sentido, esses atores ocuparão lugar central de nossa reflexão, que apresenta três rurais da história recente: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental. Iniciaremos resgatando as formas de organização social e produtiva do período pré-moderno ou anterior à modernização intensiva da agricultura. Após analisar as transformações ocorridas no período da modernização trataremos dos atores que constroem o rural contemporâneo. Para fundamentar nossa reflexão, elegemos dados e informações de alguns estudos consagrados pela literatura e que tratam de distintas regiões do País.

## 2 O rural tradicional

Grande Propriedade, de um lado, e Pequena Propriedade familiar, de outro, constituem a base de uma organização social distinta no meio rural. No primeiro caso, como mostra Holanda (1978), a grande propriedade deu origem a unidades sociais que conformavam organizações quase completas no atendimento às necessidades da vida material e social.

O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, frequentemente agasalhados, procediam das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionada no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias, de onde saíam acabados o mobiliário, os apetrechos do engenho, além da madeira para as casas[...] (HOLANDA, 1978, p. 48).

Nos lugares ou espaços onde predominava a pequena propriedade familiar surgiram as organizações sociais conhecidas como núcleos coloniais (SANTOS, 1978), colônias e vilas rurais (SEYFERTH, 1974), comunidades (ALBERSHEIM, 1962) bairros rurais (CANDIDO, 1975; QUEIROZ, 1973). Esses espaços organizacionais vão constituir, conforme mostra Antonio Cândido, os primeiros espaços de sociabilidade além do núcleo familiar. A literatura brasileira é rica na caracterização desses espaços e na identificação das formas de sociabilidade. Mutirão, relações de vizinhança, sentimento de pertencer, compadrio, são formas de sociabilidade identificadas em todas as organizações comunitárias, em distintas regiões do País.

A vida social no meio rural como as atividades de ensino, de lazer, as festividades e manifestações culturais, normalmente se organizam em torno da Igreja, formando as sedes dos núcleos ou povoados. No entanto, os agrupamentos rurais no meio rural brasileiro, sob o ponto de vista espacial ou geográfico, são distribuídos de diferentes formas, dependendo do tipo de colonização. Em muitas situações, as moradias estão dispersas e nesse caso o proprietário reside na propriedade em que trabalha (SEYFERTH, 1974); em outras, trabalhadores vivem em vilarejos e se deslocam para trabalhar.

Um elemento que contribuiu para uma maior ou menor permanência de um estilo de vida rural é a distância dessas comunidades dos centros urbanos. Até há pouco tempo os meios de comunicação e locomoção eram precários e o rádio era uma das principais fontes de informação para muitos povoados. Em muitos casos, o afastamento das cidades é também um dos fatores da precariedade nas condições de vida, uma característica que se perpetua até os dias atuais. É nesse sentido apropriada a observação de Wanderley (1996) de que o espaço produtivo e social da agricultura familiar foi construído sob “[...]o signo da precariedade estrutural”.

Em tempos mais recentes, quando as políticas se voltam para a modernização da agricultura, a grande propriedade foi por certo a que mais se beneficiou dos estímulos do crédito subsidiado. Antes disso, a agricultura que se praticava era orientada por práticas agrícolas rudimentares, caso típico dos caipiras (CANDIDO, 1975), caboclos, (BRANDENBURG, 1998) ou mesmo dos imigrantes, que, herdeiros de primeira revolução agrícola, desenvolveram uma agricultura adaptando-a aos recursos naturais existentes (ROCHE, 1969).

Uma vez estabelecido num determinado ambiente, o colono, o caipira ou o camponês demonstra uma capacidade de total ajustamento ao seu “habitat”. Essa capacidade de adaptação articula sociabilidade, lazer e atendimentos de necessidades vitais como a caça, a pesca, a coleta, práticas complementares, significando diferentes momentos de uso e coabitação com o meio (CANDIDO, 1975). O camponês ainda acumula uma sabedoria, um conhecimento das leis naturais que permite que o ciclo biológico se complemente sem que sua intervenção prejudique sua manutenção ou reprodução. Essa convivência da vida social com o meio natural foi denominada como um ajustamento ecológico por Antonio Candido, que pode ser considerado um dos primeiros estudiosos da questão ambiental no meio rural, ao tratar apropriadamente da vida social do caipira integrada aos recursos naturais, ou seja, da relação homem-natureza.

A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – tal forma, que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade (CANDIDO, 1975, p. 173).

As condições estruturais vão fazer com que os agricultores desenvolvam uma agricultura voltada prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar. Os estudos sobre o campesinato tradicional, cuja designação regional difere (colonos, caipiras, sitiantes, agregados), mostram que os sistemas agrícolas eram diversificados, voltados à reprodução física e social da família.

Ajustados a uma racionalidade própria, os camponeses ocupam o espaço da unidade familiar segundo uma forma que permite atender aos vários objetivos: reprodução física, social e preservação de seu patrimônio natural.

Pesquisa realizada na colônia no vale do Itajaí mostra a diversidade dos espaços cultivados na unidade produtiva, distribuída entre área de habitação, pastagens e lavouras.

Olhando em conjunto, o lote colonial estava assim dividido: cerca de 40% das terras destinavam-se à lavoura; 15% a 20% a pastagens, 10% de terreno baldio, cuja capoeira era novamente queimada após cinco ou seis anos de descanso e a terra novamente cultivada. A parte restante, geralmente montanhosa e imprópria para a lavoura, continuava coberta de mato virgem. Próximo à picada ficavam a casa o estábulo, o rancho para armazenagem temporária dos produtos agrícolas e para guardar as ferramentas, o galinheiro e uma horta. Depois é que se sucediam as diversas roças (SEYFERTH, 1974, p. 60).

Embora o camponês tenha desenvolvido práticas de coleta e de exploração de recursos naturais muitas vezes consideradas pelos técnicos como predatórias, sob o ponto de vista ecológico, como as queimadas, por exemplo, não resta dúvida de que lança mão de uma forma de gestão que em certa medida mantinha a biodiversidade e preservava áreas naturais. Ao mesmo tempo, desenvolvia práticas naturais de restabelecimento de fertilidade dos solos, mediante o pousio ou outras. Embora, de modo geral, possa se afirmar que houve um esgotamento do potencial produtivo, com a erosão de camada fértil do solo, é possível afirmar também que em muitas situações a agricultura familiar desenvolveu técnicas e acumulou experiências de manejo de recursos naturais em consonância com as leis de reprodução do ambiente natural e que foram ignoradas mais tarde por pesquisadores.

A situação precária a que se submetia grande parte dos camponeses também fez com que eles procurassem atividades fora da unidade de produção familiar, seja como parceiros, jornaleiros, empregados parciais etc. Além disso, faz parte da tradição o envolvimento do camponês com outras atividades que não especificamente de produção agrícola, como a produção de artesanato, carpintaria, marcenaria, a transformação de produtos derivados da produção agrícola, inclusive pequenos comércios (SEYFERTH, 1974). Deve-se observar que a indústria doméstica assume particular importância em algumas comunidades, contribuindo com o que se poderia chamar de relativa auto-suficiência do campesinato. Desse modo, assim constata Seyferth (1974, p. 67) “[...]o trabalho nos engenhos de açúcar e cachaça, a produção de fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manutenção de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados do leite, e de um doce de frutas, pastoso, chamado Muss, constituíam as principais atividades que rotulamos como ‘indústria doméstica’”.

E, se, por um lado, a sociedade ou o poder público não provê o meio rural de condições infra estruturais para se desenvolver melhores condições de vida, a exemplo da vida urbana, por outro, a busca por melhores condições de sobrevivência faz com que se desenvolvam ações coletivas visando à construção de igrejas, escolas, pontes. É o que se constata ter ocorrido em vilas rurais no Vale do Itajaí em Santa Catarina, onde até mesmo o professor que inicia os filhos dos agricultores no processo de alfabetização é um voluntário da própria comunidade. O rural nesse sentido resulta de ações coletivas que fazem dele a construção de um espaço ou território de vida e trabalho. É nesse contexto que se criam laços de pertencimento a uma comunidade, resultando daí relações de proximidade, como de vizinhança, de compadrio, típico de uma comunidade, tal como concebida tradicionalmente. Essas relações, no entanto, só são reproduzidas na medida em que estes agricultores pertencem a uma mesma categoria ou mesma condição: a condição camponesa.

Os estudos realizados no Sul e Sudeste, que tratam de comunidades, de bairros rurais, de colônias, de povoamento, ou mesmo vila, constataam o mesmo padrão de práticas socioprodutivas, de relações de sociabilidade, de modo de vida. Parafraaseando Antonio Candido “[...]por toda parte as mesmas práticas festivas, a mesma literatura oral, a mesma organização da família, os mesmos processos agrícolas, o mesmo equipamento material” (CANDIDO, 1974, p. 83).

O mundo tradicional da vida rural, regido por ações da necessidade do cotidiano, expressa preponderantemente um mundo constituído de comunidade de indivíduos que compartilham uma realidade intersubjetivada e nesse sentido interagem comunicativamente, conforme definido por Habermas (1988), no Mundo da Vida. O Mundo da Vida rural é uma das principais instâncias de ancoragem do sistema da sociedade e, nas condições descritas anteriormente, tem relações muito tênues com a dimensão do mercado.

Esta vida em comunidade rural concebida como tradicional assume um caráter de relativa autonomia, uma especificidade tipicamente rural. Essa autonomia é tão maior à medida que o distanciamento dos centros mais urbanizados ou cidades dificulta o contado dos seus moradores, que raramente se deslocam para a cidade com o intuito de adquirir objetos complementares à sua sobrevivência ou mesmo para comercializar produtos. A troca de produtos ou a comercialização é assim o primeiro passo para abertura da comunidade rural para o mundo exterior. Junto a ela, ou paralelamente, aparecem os meios de comunicação como o rádio. Este é o veículo que mais se destaca no mundo da informação. Se, por um lado, ele serve para reafirmar identidade mediante as músicas sertanejas, por outro, também é fonte de informação da sociedade global. Dessa forma, embora as relações do campo com a cidade sempre se realizem, mesmo que apenas comercialmente, a vida econômica e social das vilas ou cidades é claramente vinculada ao rural. A vila ou cidade é o centro para onde convergem as relações das colônias do Vale do Itajaí, por exemplo. Os agricultores vão à vila ou cidade para comprar roupas, vender mercadorias e participar de eventos da tradição germânica. É aonde vão para encontrar o médico, o farmacêutico, o artesão, o comerciante.

A vila de Brusque era o mundo dos camponeses estabelecidos na região. Era o local onde estavam as vendas, as capelas católica e protestante, o cemitério, as escolas, a sociedade dos atiradores, a administração da colônia, o ancoradouro. Era para ela que convergiam os caminhos coloniais mais importantes. “Talvez por tudo isso, não era chamada de Dorf (aldeia), mas sim de Stadtplatz (Stadt = cidade, e Platz = lugar): a vida social, econômica e religiosa dos colonos estava estreitamente vinculada a ela – principalmente à vida econômica. A vila era ao mesmo tempo aldeia e cidade” (SEYFERTH, 1974, p. 86).

### 3 O rural moderno

Embora de modo geral o rural possa ser caracterizado como precário estruturalmente em relação ao mundo urbano, as condições de vida do camponês tradicional não são necessariamente inferiores às do trabalhador urbano. Enquanto as relações entre o mundo rural e urbano são complementares, o camponês integra-se à sociedade global conservando seu estilo de vida (QUEIROZ, 1973). No entanto, quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e seu padrão de vida ao campo, as condições de vida camponesa se redefinem, a vida social em comunidade se reorganiza. Contribui para esse fato todo um processo de mudança, que tem na política de modernização o seu modelo.

Essa mudança ou reorganização da vida social no campo foi bem mostrada no clássico estudo de Antonio Candido, em *Bofete* e nos Estudos de Maria Izaura de Queiroz, para mencionar alguns dos clássicos estudos de comunidade da década de 1960 e 1970. Constitui uma transformação que se verifica à medida que o camponês se integra à sociedade de mercado e participa das relações comerciais. Trata-se de um novo ajustamento relacionado às situações diversas, que implica gradativamente um rompimento de uma vida econômica e social centrada na vida comunitária rural. Objetos artesanais de uso domésticos, como gamelas de raiz de figueira, vasilhas de porunga, os potes de barro, as colheres de pau, são substituídos por artefatos industriais (CANDIDO, 1975). A integração ao mercado faz com que se reorientem os sistemas produtivos. As unidades de produção familiar que antes eram voltadas para subsistência agora também produzem para o mercado visando à aquisição de produtos industriais até mesmo para a alimentação. Os produtos processados na unidade familiar são substituídos por mercadorias industriais, o que faz também com que desapareçam os equipamentos relacionados à indústria doméstica.

Os monjolos d'água são excepcionais, rareiam as prensas e pilões de pé, desapareceu completamente o fabrico de farinha de mandioca e todo o equipamento correspondente, corriqueiro há meio século e, hoje desconhecido pela maioria dos caipiras na área estudada (CANDIDO, 1974, p. 179).

A prática de substituição de artefatos tradicionais por industriais alimenta um sentimento de superioridade, fazendo com que muitos se sintam diminuídos na medida em que não conseguem inserir-se na nova dinâmica de relações de troca e adquirir artefatos que conferem prestígio social perante o grupo.

As festas tradicionais desaparecem, as antigas formas de sociabilidade como o *mutirão*, as relações de vizinhança já não têm mais espaço em razão da desintegração da vida comunitária ou de pequenos núcleos. Os bairros rurais não se bastam, e à medida que as vilas se transformam em cidades, passam a depender delas. Contribuem para esse fato, além dos mecanismos de deteriorização econômica nas relações de trocas, os processos de diferenciação social no interior das comunidades, a expropriação de pequenos agricultores por conta de uma política de modernização conservadora, que privilegia grandes propriedades rurais.

A política de modernização dos anos 70, principalmente, estimula as unidades de produção agrícola, em especial as grandes propriedades, a reorganizarem os sistemas de produção, mecanizando-os e liberando mão-de-obra. A precariedade da vida no campo é agora exteriorizada. Parceiros, agregados, colonos, arrendatários, são categorias que são substituídas por assalariados e mão-de-obra especializada à medida que as relações de produção se capitalizam. Em razão desse processo, o campo se esvazia, o êxodo rural cresce.

Ocorre um processo de reorganização social desde o interior das grandes unidades de produção agrícola, onde os colonos, meeiros e parceiros residiam e eram providos de suas necessidades sociais e vitais mais imediatas, até as comunidades, ou bairros de vida social autônoma. Os agrupamentos das vilas rurais já não podem ser compreendidos com base nas relações tipicamente comunitárias. A sociabilidade antes exercida mediante as formas de *mutirão*, relações de vizinhança e confiança são substituídas por relações societárias.

Nessa circunstância, já não se pode mais falar de um rural marcado por um único estilo de vida. A vida social no campo se moderniza, os meios de comunicação, como o rádio, mais tarde a TV, atingem os mais distantes locais.

Com a modernização o mundo da vida rural agora passa por um crescente processo de colonização que destrói as formas de vida dos camponeses na medida em que modifica as formas de sociabilidade, a substância da interação na vida cotidiana, e não lhes proporciona os meios cognitivos e expressivos de comunicação do universo da sociedade moderna. A ação do sistema econômico, que tem no rendimento econômico a sua primazia, pressiona o mundo da vida rural e, quando unilateral, resulta em consequências como perda de identidade, desintegração social, conforme Habermas (1998).

A agricultura modifica seus métodos e em certa medida se industrializa, e o rural gradativamente é dotado de uma infra-estrutura urbana. Vilas rurais se transformam em cidades, os bairros não concentram mais vida social rural e os elementos de sociabilidade da vida rural se estendem além deles.

A modernização do rural e a industrialização da agricultura provocam alterações nas relações com natureza, por conta de uma mudança dos processos técnicos de produção e pela intensiva ocupação do espaço mediante a especialização dos processos produtivos. Os recursos como solo, água e biodiversidade são atingidos, e o rural passa a ser um espaço onde os riscos não são apenas de ordem natural. Agora também são socialmente construídos, ou seja, as águas são poluídas por resíduos químicos industriais; os solos erodidos em função de manejo inadequado; os ecossistemas simplificados em função de uma exploração intensiva e especialização dos cultivos; as florestas dizimadas indiscriminadamente, como resultante da expansão de fronteiras; os produtos agrícolas apresentam resíduos tóxicos em função do uso de agroquímicos. Dessa forma, os instrumentos técnicos de mediação homem-natureza são ajustados à racionalidade do capital.

#### **4 O rural socioambiental**

Embora o rural tenha se transformado com a modernização da sociedade, não se pode falar generalizadamente, nas condições brasileiras, de um rural totalmente modernizado, a exemplo dos países modernos avançados. A modernização não atingiu todos os espaços do ambiente rural, permanecendo situações de um rural tradicional.

Trabalha-se com a hipótese da coexistência do rural tradicional e do rural moderno, acrescentando-se, ainda, um rural novo típico das sociedades altamente modernizadas. São rurais de tempos diferentes, mas que, nas condições brasileiras, persistem, ora na sua forma típica, ora sobrepostos, ora expressos na forma de um rural novo, reconstruído, ou reflexivo, para usar a expressão de Giddens (1997).

O rural reconstruído, ou reflexivo, é uma característica da modernidade avançada. É o rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e, juntamente com as questões ambientais, passa a ser tratada como uma política pública. É um rural socialmente reorganizado a partir de uma tradição reinventada por um agrupamento ou comunidade local e apresenta-se como uma continuidade de uma vida fundamentada na condição camponesa (WANDERLEY, 1996). Expressa-se num contexto de modernidade segundo



uma reflexividade em que a tradição não deixa de existir, mas é recriada em termos de uma história pretérita e em função de um projeto novo. Tradicional e moderno não são opostos nestas condições e sim componentes de uma ruralidade multidimensional formando um conjunto de rede de relações de sociabilidade heterogênea. Nesse sentido, a pergunta que se poderia fazer é: se no rural tradicional os camponeses viviam relações de sociabilidade própria (ou específicas) das comunidades relativamente autônomas, cujo estilo de vida se ajustava de forma complementar às condições ambientais, qual a sociabilidade do rural reconstruído e que relações emergem da relação agricultores-natureza?

Embora a resposta a essa pergunta mereça a investigação em distintas regiões, dada a heterogeneidade dos espaços sociais do rural brasileiro, alguns indicativos de um rural reconstruído podem ser observados.

Estudos realizados no Rural da Região Metropolitana de Curitiba constatarem haver uma vida social rural integrada à vida urbana. Nessa situação, verificou-se que algumas relações de sociabilidade do tipo tradicional, como o mutirão, já não mais ocorrem. No entanto, emergem outras que são estabelecidas com membros de bairros próximos ou mesmo da cidade, mas que estão associadas a tradições locais. Assim, do grupo folclórico associado à Festa do Vinho na Colônia do Mergulhão, participam membros da Colônia e outros que residem em comunidades vizinhas, ou da Cidade de São José dos Pinhais, mas que têm relações de parentesco ou amizade com os agricultores da colônia (TONIETO, 2005). São relações que aproximam membros e grupos em função de uma tradição reeditada como forma de expressar uma das dimensões de um estilo de vida que agora serve também de atração ao público urbano.

O grupo folclórico e a Festa do Vinho substituem as festas tradicionais da comunidade e não são promovidas por iniciativa dos agricultores da Colônia, mas por agentes locais da Secretaria Municipal do Turismo. Como promotora do evento, essa entidade também estimulou a fundação de uma Associação, da qual participam diferentes categorias sociais.

[...]é por iniciativa do poder público local, através da Secretaria de Comércio, Indústria e Turismo do município, que a Associação congrega não apenas produtores de vinho ou donos da cantina, mas também, conforme relato de funcionário da Secretaria, qualquer “empreendedor rural” que manifeste interesse em participar, independente da atividade que desenvolva (TONIETTO, 2005, p. 82).

À primeira vista, esses eventos constituem acontecimentos provocados por agentes externos à colônia local. No entanto, se analisarmos os agentes que os promovem, vamos constatar que estes também têm sua história vinculada às tradições das antigas comunidades do município. São descendentes de agricultores, parentes que migraram para outras atividades e agora desempenham cargos no serviço público local. Os agricultores familiares que antes organizavam a vida social em torno da igreja, agora se organizam em torno de uma associação. Na associação os interesses nem sempre são confluentes, podendo surgir conflitos ou “desentendimentos”, na expressão de um dos participantes, em função de diferentes visões de mundo das categorias que ali participam. A Colônia não é mais a comunidade tradicional. Há divergências entre agricultores locais e os “empreendedores do turismo” que valorizam mais as atividades orientadas para o mercado.



A rede de sociabilidade antes comunitária ampliou-se para um universo além da colônia mediante relações de parentesco e amigos próximos, que embora não residindo no local, promovem e reeditam as festas locais. Estes participantes ajudam inclusive a promover a apresentação de grupo folclórico em outros locais da região.

Manifestações como do grupo folclórico são como rituais de reinvenção de uma tradição, cuja apresentação é levada também para exibição de diferentes tipos de público. Dessa forma, se esses eventos, de um lado, são vivenciados pelos seus participantes, por outro, são assistidos por uma população de origem urbana e rural, que passam a admirar seus apresentadores. A tradição que antes era restrita ao domínio comunitário rural agora começa a fazer parte da sociedade.

Nesse contexto, sob o ponto de vista da sociabilidade das relações campo-cidade, deve-se observar que agora não é apenas a cidade que atrai o campo, mas é o campo que atrai a cidade, que passa a se nutrir culturalmente com as chamadas antigas tradições. Se o rural é espaço para o consumo de um tipo de cultura de lazer é também espaço de reafirmação da identidade de atores de bairros ou localidades que se sentem valorizados por manter viva a tradição local. E na medida em que passam a ser admirados, inculcam valores no imaginário da sociedade, constroem uma forma de sociabilidade, gerando categorias de representação social que valorizam o rural. Nesse sentido, essas manifestações contribuem para se distanciar do tempo em que o rurícola, o caipira, era visto como rústico, não-civilizado, imagem expressa pela cultura urbana pelo símbolo do Jeca-tatu.

O antigo camponês, da literatura sobre campesinato, ou o colono na expressão sulista, identifica-se hoje como lavrador, ou agricultor. Modernizado, esse personagem embora desempenhando outras atividades mantém a agricultura como atividade econômica. Na colônia estudada, a viticultura é atividade principal, mas os agricultores também plantam olerícolas e transformam produtos, mantendo a prática da indústria doméstica. Além do cultivo da uva e destilação do vinho, fazem embutidos, geléias, massas, compotas; atividades essas que já eram desenvolvidas por antepassados (como nas comunidades descritas anteriormente) e que hoje são apresentadas ao mercados em embalagens diferenciadas.

Na Colônia Mergulhão, a agricultura desempenha um papel central na redefinição da identidade do agricultor, e a renda oriunda de atividades não-agrícolas é interna à unidade de produção. Outras atividades de renda complementar, externas à propriedade, são desempenhadas principalmente por filhos de agricultores ou mesmo as esposas. Essa constatação local nos chama atenção para considerar as diversas situações do rural. Nesse caso, observa-se que o turismo não promove o que se chama de um processo de urbanização do campo, com perda da identidade rural. Ao contrário, o turismo vem redefinir a identidade do agricultor ao mesmo tempo em que lhe permite obter maior rendimento econômico e, assim, inserir-se na sociedade moderna mediante uma sociabilidade e um estilo de vida resignificado, sem romper com suas raízes.

Poderíamos perguntar, em função das considerações anteriores, em que medida a organização das atividades econômicas e produtivas que sustentam uma identidade e ressignificam a sociabilidade, restabelecem uma relação com o ambiente natural, numa perspectiva ecológica ou de conservação ambiental. Embora o estudo da Colônia Mergulhão não tenha sido orientado para verificar essa questão, outro estudo realizado também na Região Metropolitana de Curitiba (PINHEIRO, 2004) nos dá alguns indicativos. Este

trabalho, embora não tenha se restringido a um espaço de uma colônia, abrange uma rede de grupos que desenvolvem agricultura ecológica. O que se constata nessa situação é que os agricultores, na construção de seu projeto de vida, associam a reorganização dos processos produtivos fundamentados em princípios ecológicos com princípios de autonomia, saúde, trabalho em família e cultivo de relações em grupo, reforçando relações profissionais articuladas em rede: a Rede Ecovida de Agroecologia<sup>1</sup>. Nessa perspectiva, o projeto agroecológico de vida é um projeto do devir<sup>2</sup>. No entanto, na prática atual da conversão dos sistemas ecológicos está presente a dimensão do econômico, da autonomia, da unidade de produção como espaço de vida e de uma prática de convivência em grupos, embora não de grupos de uma mesma comunidade.

A questão que se coloca nesse momento é: em que medida as práticas de conservação ambiental, ecológicas ou de gestão de recursos naturais, estão relacionadas com práticas de sociabilidade que reforçam a identidade dos agricultores e relações interpessoais associadas a projetos coletivos que se contraponham a uma massificação de um estilo de vida? Esta questão passa pelo pressuposto de que a ecologização do rural é realizada por atores sociais que articulam práticas sociais e ambientais. De outra forma, são atores que, ao resgatar natureza e tradição em seus projetos, recriam um ambiente de vida em que as relações com a natureza estão associadas às relações sociais. Assim, se na modernidade a tradição é seu oposto a ser ultrapassado e a natureza é objeto de controle, na modernidade avançada do rural em reconstrução, a natureza é parceira e parte integrante das relações sociais. Nesse caso a tradição é uma recriação contínua, que tendo raízes preteridas reforça a identidade e um estilo de vida.

O rural ecologizado com estilo de vida redefinido, mas que se opõe ao estilo padrão massificado, surge no Brasil por obra de agricultores familiares, neo-rurais de origem rural que hoje retornam ao campo. São eles os protagonistas do que se poderia chamar de novo rural. Não constitui um projeto do estado ou de políticas governamentais, ou seja, o projeto de um rural ecologizado não é oriundo do sistema (estado e mercado), como é o projeto de um rural modernizado. Nesse caso, o Estado foi protagonista de um projeto de modernização conservadora no campo. O rural ecologizado é um projeto advindo do cotidiano, do mundo da vida dos agricultores e de agentes de desenvolvimento com essa visão de mundo, porque traz na matriz uma reação à dominação exclusiva da racionalidade instrumental do projeto modernizador excludente. A essa reação associa-se uma demanda crescente da população urbana por um consumo do verde, de tradições e de uma atitude de precaução ao risco. Essa confluência de forças dinamiza o surgimento do rural ecologizado e de novos atores mediando as relações sociedade-natureza.

Desse modo, no contexto societário atual de apelo às questões ambientais não são apenas os camponeses, agricultores familiares, os protagonistas do processo de ecologização do rural. A sociedade de mercado ao incorporar na sua lógica uma racionalidade ambiental fez com que agricultores, empresários, outros grupos, e mesmo órgãos estatais, se instituísem como atores de uma ecologização de múltiplas linguagens e práticas diferenciadas. Na vertente de uma agricultura que se opõe ao uso de agrotóxicos, situam-se a agroecologia, a agricultura orgânica, a biodinâmica, a farmacultura, entre outras. De outro lado, a agricultura integrada, a sustentável, a racional ou mesmo a agricultura biotecnológica dos organismos geneticamente modificados incorporam processos industriais nos seus processos produtivos, mas também com apelo ambientalista.

Os atores do ecologismo também não se resumem aos produtores agrícolas. Outros personagens da reconstrução do rural relacionados a serviços de turismo rural, da conservação da natureza, redesenham uma nova paisagem do rural. Uma paisagem moldada por um cenário de atores que têm projetos de ecologização, que incluem formas de produzir, estilos de vidas diferenciados de padrões da sociedade moderna. Atores que desenvolvem uma agricultura moderna, na qual a questão ambiental não está incorporada aos processos produtivos, e atores que ainda desenvolvem uma agricultura pré-moderna, e nesse caso desenvolvem uma estratégia de produção e sobrevivência que não resulta de um processo consciente de escolha de um projeto ecológico ou não.

O rural socioambiental, portanto, é um rural de múltiplos atores, mas também é um rural de espaços e tempos diferenciados. Se identificamos um rural sendo reconstruído por atores com projetos ecológicos, identificamos também um rural moderno e (ou) pré-moderno. A modernização da agricultura não se realizou em todos os territórios e não envolveu todos os agricultores de forma completa. Por isso se identificam, ainda, resquícios do que chamamos de um rural tradicional, como também um rural em processo de modernização. O rural brasileiro é, portanto, o rural da diversidade, e é esse o rural do socioambientalismo.

## 5 Conclusão

A análise do rural brasileiro, considerando três momentos historicamente diferenciados, - o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental - mostra que coexistem na contemporaneidade diferentes rurais, num vasto território caracterizado por espaços heterogêneos, sob o ponto de vista geográfico e de suas relações sociais predominantes. Compreender o rural brasileiro é levar em conta tanto os diferentes tempos de ruralidade quanto os diferentes espaços, caracterizados pela literatura como territórios. Sob o ponto de vista temporal, não existe um rural moderno em sua totalidade em vários espaços. Mesmo em locais próximos a grandes centros urbanos encontramos indicativos de um rural tradicional e precário<sup>3</sup>. Os vários tempos que encontramos no rural brasileiro dificultam as generalizações de resultados de estudos, bem como a formulação de políticas públicas. Desconsiderar essas diferenças pode resultar em equívocos no que tange às políticas de intervenção, daí porque a necessidade de estudos localizados.

O rural brasileiro pode ser configurado na forma de um mosaico, no qual cada espaço recebe uma coloração do tempo. Ignorar esses espaços e tempos implica correr o risco de se ver intensificado o processo de exclusão social, de empobrecimento e êxodo rural, como já se tem constatado em muitas situações, principalmente nas recentes políticas de intervenção ambiental (ZANONI, 2000).

As políticas de intervenção socioambientais devem ser concebidas na perspectiva de uma lógica diferente daquela do período da modernização. Como demonstramos, as propostas de construção do rural que conjugam projetos de vida social no campo e reconstrução das relações com a natureza, até então, não provêm das políticas públicas governamentais, emergem de organização de atores que se contrapõem a um movimento excludente do sistema social. Cabe às políticas públicas considerar esses e outros atores, com suas lógicas e práticas sociais diferenciadas, no sentido de potencializar a ação de grupos que reconstroem um “rural novo”, um rural ecologizado.

## Referências bibliográficas

- ALBERSHEIM, U. **Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: FERREIRA, Â.; DAMASCENO, D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- GIDDENS, A. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- HABERMAS, J. **Teoria de la accion comunicativa: tomo II, critica la razón funcionalista**. Madri: Taurus, 1988.
- HOLANDA, S. B. **Raizes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.
- PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato Brasileiro**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.
- TONIETTO, M. **Colônia Mergulhão: a força da tradição no contexto da ruralidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. Raizes históricas do campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambú. **Anais...**
- ZANONI, M. et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, p. 39- 57, 2000.

## Notas

- <sup>1</sup> A Rede Ecovida de Agroecologia é a instância organizativa do Movimento Agroecológico no Sul do Brasil. É formada por 21 núcleos regionais, sendo seis no Paraná, sete em Santa Catarina e oito no Rio Grande do Sul. Cerca de 170 municípios são atingidos mediante 200 grupos de agricultores 10 cooperativas de consumidores e 20 Organizações Não Governamentais (ONGs). No âmbito nacional a rede sul integra ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), juntamente com outras redes organizadas. A rede é organizada por agricultores, ONGs, neo-rurais e representa a continuidade de um movimento que surgiu na década de setenta, contrapondo-se ao modelo da modernização excludente - o movimento de agricultores alternativos - que é apoiado pelo Projeto de Tecnologias Alternativas - PTA, vinculado à FASE, uma Organização Não Governamental.
- <sup>2</sup> A Rede Ecovida de Ecologia se identifica com uma corrente ecológica - agroecologia - que tem como projeto, uma prática social que extrapola a dimensão da técnica. A agroecologia preconiza uma conduta ecológica que tem como visão de mundo um ambiente natural reconstruído mediante processos que privilegiam a gestão de recursos naturais e uma organização social referenciada pela cooperação, por princípios de autonomia, pelos saberes práticos do campesinado e técnicos da ciência. Além disso, o agricultor ecológico ou ecoagricultor é um crítico da sociedade de consumo massificado e por isso constrói formas alternativas de relação com o mercado.
- <sup>3</sup> Em Municípios Região Metropolitana de Curitiba, podem ser encontramos rurais onde se pratica uma agricultura tradicional com uma população em precárias condições de vida.

# DO RURAL TRADICIONAL AO RURAL SOCIOAMBIENTAL

---

ALFIO BRANDEMBURG

**Resumo:** Este artigo trata do ambiente rural, considerando três momentos historicamente diferenciados: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental. Para analisar esses momentos, o autor leva em conta as formas de organização social no campo e respectivas formas de sociabilidade, as relações com a natureza e os atores construtores do ambiente rural. A análise fundamentou-se em dados e informações de estudos realizados sobre o rural de distintas regiões do país e consagrados pela literatura.

**Palavras-chave:** Ambiente rural no Brasil. Novos atores e rural contemporâneo. Ruralidade socioambiental.

## *From the traditional rural to the socioenvironmental rural*

**Abstract:** *This article deals with the rural environment, considering three historically differentiated moments: the traditional rural, the modern rural and the socio-environmental rural. In order to analyze these moments, the author takes forms of social organization in the countryside into account, along with their respective forms of sociability, relationships with nature and the actors involved in the construction of the rural environment. Analysis is based on data and information from studies on the rural in different parts of the country which have been recognized for their contribution to the literature*

**Keywords:** *Rural environment in Brazil. New actors and the contemporary rural. Socio-environmental rurality.*

---